

POVOS TRADICIONAIS AMAZÔNICOS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: DA INVISIBILIDADE AO PROTAGONISMO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Schennia Ottaviano¹
Irene Carniatto²

Educação Ambiental

Resumo

A região norte do país apesar de corresponder à quase metade do território brasileiro, ainda possui a característica de ser fornecedora de matérias primas para o país e o mundo. A invisibilidade de sua cultura e geografia ainda pouco conhecida, também carrega consigo a invisibilidade de populações tradicionais que historicamente habitam esse território e que pelo seu modo de vida são sustentáveis. A Educação Ambiental mostra um papel fundamental no resgate da visibilidade dos povos e comunidades tradicionais à medida que elas se fortaleçam em seu protagonismo social. Reconhecer e fortalecer o estilo de vida dos povos da floresta e considerar que seus comportamentos podem ajudar a mitigar as mudanças climáticas são iniciativas que devem ser apreciadas em novos modelos de desenvolvimento para a região Amazônica. A partir disso objetivou-se a criação de um programa de educação ambiental com crianças em idade entre 4 e 12 anos, que frequentam duas Escolas Rurais Municipais do município do Acará, no estado do Pará. O projeto foi composto inicialmente de uma pesquisa tendo como formato duas oficinas para seleção dos temas de maior relevância que, incluíram o resgate de saberes e de práticas ancestrais e da conexão dessas temáticas com a atualidade. Os próximos encontros presenciais seguirão uma proposta de educação experiencial, com a participação ativa dos alunos. Como resultado dessas atividades lúdico-educativas, objetiva-se a construção de um protagonismo e de uma visibilidade das populações tradicionais amazônicas, no auxílio da construção de um planeta mais sustentável.

Palavras-chave: Povos Tradicionais; Mudanças Climáticas; Amazônia; Educação Ambiental.

¹Mestranda do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável da UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Marechal Cândido Rondon- schennia@hotmail.com.

²Prof^a. Dr^a. Coordenadora do Workshop Reino Unido x Brasil Financiamento do Desenvolvimento Resiliente ao Clima; Coordenadora da Rede Internacional de Pesquisa em Desenvolvimento Resiliente ao Clima - RIPEDRC; Professora do Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável – UNIOESTE - Campus Rondon; Coordenadora do Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão em Proteção e Desastres CEPED Unioeste, Cascavel, PR. Facilitadora da Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA. irenecarniatto@gmail.com; irene.oliveira@unioeste.br.

INTRODUÇÃO

A Região Norte do Brasil é marcada por peculiaridades, entre elas a acentuada desigualdade socioeconômica e o isolamento geográfico em relação às regiões mais desenvolvidas do país. Seus indicadores sociais estão entre os piores do Brasil, contrastando como seu expressivo crescimento econômico e populacional, muito acima da média nacional (RODRIGUES; BACHA, 2014). A região corresponde a 45,25% do território nacional, sendo quase toda ocupada pela floresta Amazônica. Essa característica contribui em estudos bioantropológicos, pois reúne uma multiplicidade de populações humanas com diferentes modos de vida, que tiram sua subsistência a partir dos recursos da floresta. (DA GLORIA, PIPERATA, 2019).

Os Povos e Comunidades Tradicionais, ganharam sua visibilidade no Brasil, pelo decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que os define como grupos que tem sua forma própria de organização social e que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. (BRASIL, 2007). Esse decreto, conhecido como a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais trouxe reconhecimento jurídico dessa população composta por Quilombolas, Indígenas e Ribeirinhos.

Figura 1. Casa de uma família de ribeirinhos no Igarapé Laranjeiras no Município do Acará – PA



Fonte: Própria (2020)

A manutenção e sobrevivência dessas populações dependem diretamente dos bens naturais, mudanças no cenário ambiental serão prejudiciais para a conservação dessas comunidades, como as alterações que observamos no clima do nosso planeta nas últimas décadas. Carniatto (2019) alerta que “vivemos num momento ímpar de nossa sociedade, quando o Planeta Terra dá sinais de esgotamento de sua capacidade de suporte à Vida”.

O termo resiliência passou a ser bastante conhecido, principalmente por veiculação das mídias e também dos estudos científicos. Resiliência Ambiental é uma condição planetária que se almeja e deve ser buscada através das políticas públicas e das ações cotidianas de cada ser que habita o Planeta (CARNIATTO, 2019).

Para Pedron (2019), os termos mudanças climáticas e aquecimento global já fazem parte do cotidiano da maioria da população, principalmente relacionados às tragédias associadas aos eventos extremos. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos faz parte do objetivo 13, um entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da agenda 2030, lançado em 2015 pela ONU (Organização das Nações Unidas).

Nesse cenário a Educação Ambiental tem muito a contribuir. De acordo com Pereira e Diegues (2010), o quadro ambiental mundial necessita de novas concepções para se alcançar uma proteção efetiva da natureza. Estas questões passaram a abranger as populações tradicionais e seus respectivos conhecimentos por meio de uma nova perspectiva chamada de etnoconservação, a qual procura associar a conservação da natureza com os conhecimentos tradicionais e manejo dos bens naturais. Essa compreensão poderá auxiliar na criação de ações e políticas públicas mais efetivas para o enfrentamento das mudanças climáticas, objetivo desse projeto.

METODOLOGIA

Elaborou-se no ano de 2019 um Projeto de Educação Ambiental no Município do Acará, no nordeste do Estado do Pará, distante 100 km da capital Belém. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 a maior parte da ocupação do território é de matas ou florestas, pertencente ao bioma Floresta Amazônica. A comunidade escolhida localiza-se em uma área rural que possui famílias ribeirinhas que residem nos Ramais Laranjeiras, Areal e São Domingos.

Utilizando-se dos caminhos metodológicos da fenomenologia inicialmente o projeto no formato piloto aconteceu com contorno de oficinas com as crianças em idade entre 4 e 12 anos que frequentam as Escolas Rurais Municipais de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Sítio Novo e Valdomiro Galisa Maia. Consolidou-se assim um espaço coletivo de tomada de decisão, assegurando a legitimidade do processo e fazendo com que fosse adequado à realidade local. Esses dois primeiros encontros objetivaram descrever quais são os saberes e as práticas ancestrais da população da região, como um início do trabalho, para que a continuidade do projeto pudesse ser delineado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos primeiros encontros as oficinas geraram temáticas, com eixos de trabalho que abrangeram: mudanças climáticas, comunidade, poluição, saberes tradicionais, entre outros. Os encontros acontecerão em ciclos de aprendizado coletivo no formato de oficinas, onde serão formados grupos de trabalho, num reconhecimento de que é possível aliar conservação ambiental e modos de vida de Povos e Comunidades Tradicionais. E que para REIS DA SILVA (2019), suas práticas e seus saberes, oferecem importantes contribuições para a construção de alternativas de conservação aliadas a um desenvolvimento local socialmente justo e ecologicamente sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida de todos os seres humanos do planeta está ligada às mudanças climáticas e suas conseqüências, não há dúvidas. O Brasil tem um importante e único papel nas mudanças climáticas, tendo sua economia em expansão além de conter a maior biodiversidade do planeta na floresta Amazônica. Utilizar-se de metodologias participativas e saberes tradicionais, com ações dentro de projetos de Educação Ambiental, é criar um cenário de prevenção e transformação realmente efetivo para um mundo que precisa lidar com as mudanças climáticas causadas pela ação humana e a complexidade da crise civilizatória que atravessamos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto N. 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. Brasília, Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 16 julho de 2020.

CARNIATTO, Irene. ESFORÇO INTERNACIONAL NA CRIAÇÃO DO INTERNATIONAL JOURNAL OF ENVIRONMENTAL RESILIENCE RESEARCH AND SCIENCE. *International Journal of Environmental Resilience Research and Science (IJERRS)*, n.1, v.1.2019. Disponível: <https://www.unioeste.br/portal/revistaresiliencia/edicao-actual>. Acesso: 25 julho 2020.

DA-GLORIA, Pedro; PIPERATA, Barbara, A. MODOS DE VIDA DOS RIBEIRINHOS DA AMAZÔNIA SOB UMA ABORDAGEM BIOCULTURAL. *Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*. Ano71– número 2 – abril/maio/junho de 2019.

FREITAS, Carlos Machado de, et al. VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL, REDUÇÃO DE RISCOS DE DESASTRES E CONSTRUÇÃO DA RESILIÊNCIA – LIÇÕES DO TERREMOTO NO HAITI E DAS CHUVAS FORTES NA REGIÃO SERRANA DO BRASIL. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(6):1577-1586, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2017. Rio de Janeiro: **IBGE**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/acara/panorama>.

LINHARES, Jairo Fernando Pereira. POPULAÇÕES TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA E TERRITÓRIOS DE BIODIVERSIDADE. *Revista Pós Ciências Sociais*, vol. 6, nº11, 2009.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> 13-10-2015. Acesso em: 21/07/2020.

PEDRON, Isabel Tamara. TENDÊNCIAS DE AUMENTO DE TEMPERATURA NO OESTE DO PARANÁ. *INTERNATIONAL JOURNAL OF ENVIRONMENTAL RESILIENCE RESEARCH AND SCIENCE (IJERRS)*, n.1, v.1.2019. Disponível: <https://www.unioeste.br/portal/revistaresiliencia/edicao-actual>. Acesso: 25 julho 2020.

PEREIRA, Bárbara Elisa, DIEGUES, Antonio Carlos. CONHECIMENTO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS COMO POSSIBILIDADE DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: UMA REFLEXÃO SOBRE A PERSPECTIVA DA ETNOCONSERVAÇÃO. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010. Editora UFPR.

RODRIGUES, Renilson da Silva, BACHA, Carlos José Caetano. ACESSIBILIDADE E AGLOMERAÇÕES NA REGIÃO NORTE DO BRASIL SOB O ENFOQUE DA NOVA GEOGRAFIA ECONÔMICA.. *Nova Economia*. _Belo Horizonte_24 (1)_69-190_janeiro-abril de 2014.

SILVA, Ana Tereza Reis da. ÁREAS PROTEGIDAS, POPULAÇÕES TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA E NOVOS ARRANJOS CONSERVACIONISTAS. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Brasília, v. 34, n. 99, p. 1-22, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/349905/2019>.

TAMAIÓ, Irineu. UMA PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA: PARÂMETROS E DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS CAUSADAS PELA AÇÃO HUMANA. **Ministério do Meio Ambiente**. Brasília-DF, 2010.